

Saúde na Roda: protagonismo popular na construção do Plano Municipal de Saúde

Health as a group conversation: Popular protagonism in the construction of Catanduva Municipal Health Plan

Tiago Aparecido da Silva^I, Daniela Aguiar Bellucci^{II}, Thiago Victor Mafei^{III},
Ronaldo Carlos Gonçalves Junior^{IV}, Angélica Aparecida Fréu Costa^V

Resumo

O Plano Municipal de Saúde (PMS) é o instrumento central do planejamento, a ser elaborado a partir de uma análise situacional que reflita as necessidades de saúde da população e apresente as intenções e os resultados a serem buscados no período de quatro anos. Todavia, na maioria das vezes, a metodologia empregada, é meramente burocrática e normativa, excluindo qualquer forma de participação popular. No município de Catanduva, até o ano de 2016 essa realidade se replicava e, dessa forma, contribuía para o esvaziamento dos conselhos locais de saúde e baixa apropriação das questões de saúde pela população. A partir da metodologia de rodas de conversa junto à população, foi possível resgatar a participação popular na gestão do SUS e garantir a efetivação desse direito através de mudanças na legislação municipal.

Palavras-chave: gestão em saúde, plano municipal de saúde, participação popular.

Abstract

The Municipal Health Plan (MHP) is the central planning instrument to be developed based on a situational analysis that reflects the health needs of the population and presents the intentions and results to be sought in the period of four years. However, most of the time the employed methodology is solely bureaucratic and normative, excluding any form of popular participation. In the municipality of Catanduva, until 2016, this reality was replicated, this contributing to the depletion of local health councils and low appropriation of health issues by the population. Based on the conversation methodology used to talk with the population, it was possible to revive the popular participation in the management of SUS and ensure this right through changes in the municipal legislation.

Keywords: health management, municipal health plan, popular participation.

Introdução e justificativa

No campo do planejamento em saúde, o Decreto nº 7.508, de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990¹ dispõe

sobre alguns aspectos do planejamento e da obrigatoriedade do gestor público na elaboração e apresentação de instrumentos de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, o Plano Municipal de Saúde (PMS) é o instrumento central do planejamento, a ser elaborado a partir de uma análise situacional que reflita as necessidades de saúde da população e apresente as intenções e os resultados a serem buscados no período de quatro anos, expressos em diretrizes, objetivos e metas. Assegurar aos cidadãos o acesso às informações e à participação no planejamento, implementação e avaliação das políticas de saúde são ações inscritas no direito à saúde e

^I Tiago Aparecido da Silva (ti.aps@hotmail.com) é Enfermeiro, Mestre em Saúde Coletiva, Apoiador Institucional da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduva.

^{II} Daniela Aguiar Bellucci é Enfermeira, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduva.

^{III} Thiago Victor Mafei é Nutricionista, Coordenador Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduva.

^{IV} Ronaldo Carlos Gonçalves Junior é Farmacêutico, Secretário Municipal de Saúde de Catanduva.

^V Angélica Aparecida Fréu Costa é Diretora do Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduva.

no exercício da cidadania. Todavia, a metodologia empregada no processo de construção, na maioria das vezes, é com foco no cumprimento da legislação e garantia dos repasses financeiros, tornando o processo exclusivamente formal, burocrático e normativo, elaborado a partir de um grupo restrito de técnicos e gestores, excluindo qualquer forma de participação popular com importantes reflexos na adesão e corresponsabilização ao projeto de gestão em saúde do município. Em Catanduva, desde 1991, quando iniciou-se o processo de municipalização da saúde até o ano de 2016, não foram encontrados registros de Conferências Municipais de Saúde relatando a participação popular na elaboração do PMS. Esse importante fato com forte influência cultural, instituído ao longo dos anos acabou por se refletir no esvaziamento dos Conselhos Locais de Saúde, sobretudo, influenciando fortemente na fragilidade do controle social no município de Catanduva. Nesse contexto, diante da necessidade de elaborar o Plano Municipal de Saúde, aliado à vontade política e institucional de resgatar a participação popular no processo de planejamento em saúde, vislumbrou-se a oportunidade de discutir a implementação de estratégias e ações para incentivo e estímulo da população sobre as questões de saúde no município.

Objetivos

O objetivo do presente trabalho foi relatar a experiência do processo de elaboração do Plano Municipal de Saúde de Catanduva com foco na participação popular.

Metodologia

A partir do diagnóstico situacional do município de Catanduva, composto por dados demográficos, epidemiológicos, sociais, econômicos e assistenciais, a Secretaria Municipal de Saúde,

em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, identificou as principais necessidades de saúde do município, as quais foram traduzidas em grandes Diretrizes para realização da Conferência Municipal de Saúde. Para tanto, se fez necessário aproveitar o momento para resgatar o interesse popular ante as questões de saúde, iniciando um novo modo de planejar e fazer gestão, com transparência, responsabilidade e participação popular. Nesse sentido, a estratégia escolhida foi a realização de rodas de conversa, anterior à realização da Conferência Municipal, nos espaços em que a população estava presente, ou seja, serviços de saúde, equipamentos sociais, escolas, entre outros identificados pela própria equipe de atenção básica do território (ESF e NASF). A roda de conversa foi coordenada pela equipe de saúde da unidade, com a participação dos usuários e representantes da gestão. Para nortear a discussão foi elaborado o documento síntese, com dados adquiridos a partir do diagnóstico situacional do município e da própria unidade de saúde. A cada roda de conversa era discutida a importância da participação popular na gestão do SUS e divulgados os cronogramas e espaços para tal prática, como as Conferências Municipais de Saúde, Conselhos Locais e Conselho Municipal de Saúde. Na sequência, era apresentada as diretrizes da Conferência e, mediante a discussão, eram elaborada as propostas. Esse processo aconteceu no território de abrangência das 24 Unidades Básicas de Saúde do município de Catanduva, durante o período de 60 dias.

Resultados

No decorrer do processo foram realizadas 24 rodas de conversa com mais de 300 participantes e 240 propostas encaminhadas para a Conferência Municipal de Saúde. Podemos observar que as rodas de conversa proporcionaram

aos participantes o reconhecimento e a apropriação da situação de saúde do município, sobretudo, das unidades de saúde do seu território, aquisição de informações sobre os instrumentos de gestão e planejamento e a importância da participação popular. Da mesma forma, notamos maior aproximação entre profissionais, usuários e gestores, com forte impacto na participação dos Conselhos Locais. A Conferência Municipal de Saúde foi realizada com grande número de participantes e possibilitou a discussão de propostas que nortearam a elaboração do Plano Municipal de Saúde. Nesse sentido, uma das propostas de maior relevância, evidenciando a efetividade dessa estratégia, foi a aprovação da proposta apresentada pelo segmento dos usuários e aprovada por unanimidade em relação à reformulação da Lei que dispõe sobre a competência, composição e organização do Conselho Municipal de Saúde de Catanduva. A referida proposta recomenda maior rotatividade dos conselheiros, aumento do número de vagas para o segmento de usuários com pré-requisito de ser membro ativo do Conselho local e obrigatoriedade de realização de Conferência Municipal de Saúde, no mínimo a cada dois anos, com o objetivo de discutir a situação de saúde e elaborar o PMS. Nesse contexto, a proposta foi inserida no Plano Municipal de Saúde e encaminhada para o Poder Executivo, sendo posteriormente solicitada alteração da Lei de acordo com a proposta apresentada e aprovada na Conferência Municipal de Saúde. Na data de 27 de fevereiro de

2018, na 40ª Reunião Extraordinária, o Projeto de Lei Municipal 4/2018 foi aprovado pela Câmara Municipal de Catanduva.

Considerações finais

O estímulo à participação de usuários e entidades da sociedade civil no processo de planejamento em saúde, à luz de suas necessidades individuais e coletivas, é imprescindível para a transformação das condições de saúde e vida da população e efetivação dos princípios da integralidade. A forma como operacionalizamos os instrumentos de planejamento pode ou não ser um fator de incentivo à participação popular, à medida que utilizamos metodologias e estratégias dinâmicas que facilite e estimule, ao mesmo tempo, a participação ativa dos usuários, fazendo com que o mesmo sintam-se como parte importante do processo. Planejar coletivamente é possível, basta que os instrumentos não sejam meramente burocráticos e façam sentido, tornando-os aptos e próximos à realidade e ao contexto de vida das pessoas.

Referências

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2011; 29 jun.